

Reconversão de Funções Econômicas de Cidades no Contexto da Urbanização Extensiva: Uma Análise em Cidade Brasileira de Médio Porte¹

Anderson de Souza Sant'Anna

Resumo

Este artigo tem como propósito apresentar resultados de estudo destinado a investigar processo de reconversão de funções econômicas vivenciado pela cidade de Sete Lagoas (MG). A pesquisa que subsidiou sua realização compreendeu abordagem de natureza qualitativa, envolvendo análise documental, visitas *in loco*, grupos de foco e entrevistas semiestruturadas e em profundidade com distintos grupamentos de agentes sociais locais. Para o tratamento dos dados, fez-se uso do *software* de tratamento qualitativo *N-vivo 9.0*. Como resultados, constata-se, em decorrência do processo investigado, uma série de desequilíbrios e tensões na estrutura de funcionamento da cidade, evidenciados por meio de pares antitéticos: “Centro *versus* Periferia”, “Comunitarismo *versus* Individualismo”, “Locais *versus* Forasteiros”, “Tradicional *versus* Moderno”. O esgarçamento dos laços e redes sociais informais, o caráter pouco participativo e excludente do processo e o enfraquecimento da dimensão política são alguns dos efeitos colaterais da lógica subjacente à dinâmica de reconversão investigada.

Palavras-chave

Poderes Locais. Desenvolvimento Local. Empreendedorismo Local. Reconversão de Funções Econômicas de Cidades. Gestão de Cidades.

Abstract

This article has the purpose to present results of a study meant to investigate the process of reconversion of economic functions of cities experienced by the city of Sete Lagoas (Brazil). The research that supported its realization used a qualitative approach, involving document analysis, site visits, focus groups and semi-structured interviews with different groups of local social agents. For the treatment of the data, N-vivo 9.0 software was used. As result of the investigation, a number of imbalances and tensions in the work structure of the city was evidenced by antithetical pairs: “Center *vs.* Periphery”, “Communitarianism *vs.* Individualism”, “Local *vs.* Outsiders”,

“Traditional *vs.* Modern”. The fraying of informal social ties and networks, the little participatory and exclusionary nature of the process, and the weakening of the political dimension are some of the side effects of the dynamic of the investigated reconversion.

Keywords Local Power. Local Development. Local Entrepreneurship. Economic Reconversion of Functions of Cities. City Management.

INTRODUÇÃO

Conforme defendem diversos autores da Teoria da Regulação (LIPIETZ, 1985; HARVEY, 1989), com a ruptura do Ciclo Virtuoso do Fordismo, em meados da década de 1970, as grandes empresas direcionam-se a processos sistemáticos de “reestruturação produtiva”, envolvendo estratégias orientadas à intensificação da busca por novos mercados - expressa no movimento contemporâneo de globalização - a introdução de novas tecnologias de produção - inicialmente de base microeletrônica e, mais recentemente, digital - de modelos de gestão e regulação da força de trabalho mais flexíveis e facilmente reestruturáveis, assim como à ampliação dos sistemas de transporte e comunicação, substituindo a rigidez do modelo fordista por uma nova ordem flexível de acumulação (HARVEY, 1989).

Para Ferreira (2007), a decisão estratégica de várias dessas empresas será de se espalharem geograficamente - não abrindo mão, porém, de centralizar o comando, o capital e as *core competencies* em suas sedes. A proposta será buscar em cada país o que ele pode oferecer de mais vantajoso: mão de obra barata, ausência de restrições ambientais e/ou trabalhistas, proximidade da matéria-prima, beneficiando-se das possibilidades advindas das tecnologias de comunicação que permitam o controle de todo o processo em um único ponto, montando-se o produto final em diversas unidades espacialmente espalhadas. Nas palavras desse autor:

Não é à toa, por exemplo, que se instalaram no Brasil, desde o início da década de 1990, uma dezena de novas *montadoras* (o nome já diz a restrita função dessa fábrica) automobilísticas que vieram ao país - trazendo a promessa da modernidade - apenas para fazer a fabricação de componentes “pesados” de metalurgia (monobloco, motores) e a montagem de seus carros, deixando o desenvolvimento avançado e a fabricação dos componentes tecnológicos de alto valor agregado para as fábricas dos países-sede, onde as restrições ambientais e trabalhistas são cada vez mais severas (FERREIRA, 2007, p. 98).

Tal movimento, acrescenta Ferreira (2007), contempla duas dimensões centrais: por um lado, os “avanços tecnológicos”, os quais provocam uma crise estrutural em função do “paradoxo do aumento da produtividade-desemprego”; por outro lado - como tentativa de equacionamento desse impasse - a incorporação de novos arranjos espaço-temporais, visando sustentar a expansão do sistema capitalista para a periferia, com vistas a possibilitar o acesso a novos mercados de consumo, mão de obra mais barata e menos politizada.

No âmbito das cidades, tal movimento evidencia-se na difusão de um “discurso ideológico hegemônico que preconiza como inexorável - de forma similar ao que promove a globalização na esfera cultural, política e econômica - o papel ‘modernizante’ das ‘cidades globais’” (FERREIRA, 2007, p. 115). Um modelo que se estrutura em torno da ideia de que compete às cidades “prepararem-se” para as “novas” forças da economia global, servindo como suporte físico aos fluxos econômicos e à atuação das empresas.

Como respostas a tais demandas, evidencia-se uma série de iniciativas destinadas à reconversão de funções econômicas de cidades, cabendo, todavia, reflexões, mais amplas e críticas, quanto às suas imbricadas implicações sobre diferentes dimensões: econômicas, sociais, políticas, institucionais, culturais e espaciais.

De modo geral, essas dinâmicas têm sido abordadas por meio de diferentes nomenclaturas como regeneração (*regeneration*), reestruturação (*restructuration*), revitalização (*revitalization*), requalificação (*requalification*) e reconversão (*reconversion*) de funções econômicas de cidades, expressão essa adotada para fins de análise da dinâmica-alvo deste estudo.

Muito embora enfatizem aspectos, não raro, específicos, cabe ressaltar como ponto comum a essas diferentes expressões tendências contemporâneas do “planejamento estratégico” (PORTER, 1996; 1990), ao qual se associam noções como “cidade-empresa” (BORJA; CASTELLS, 1997), “cidade empreendedora” (HALL, 1996), “cidade-espetáculo” (SÁNCHEZ, 2003), “cidade-global” (SESSEN, 1999), dentre outras similares, as quais, conforme destaca Luchiari (2005), acabaram por enfraquecer o planejamento urbano e regional como empreendimento do Estado, fortalecendo perspectivas mais aderentes e favoráveis aos empreendimentos empresariais.

Tendo por base tal contexto, este artigo tem como propósito apresentar resultados de pesquisa destinada a investigar processo de reconversão de funções econômicas, levado a cabo na cidade de Sete Lagoas (MG), com destaque para suas implicações sobre a dinâmica dessa comunidade, a partir da perspectiva e vivências concretas de diferentes agentes sociais locais.

Como resultado, a história do processo de reconversão das funções econômicas de Sete Lagoas (MG), de economia baseada no “extrativismo do gusa”, para “pólo industrial” denota fatos, pessoas e instituições, fato que se revela significativo evidenciar. Se, por um lado, as estatísticas apontam para recente crescimento econômico local, com diversificação dos setores comercial e de serviços; por outro lado, os achados apontam que tal processo se vê marcado por novas antíteses e contradições, aqui objetivadas em pares antitéticos (LÉVI-STRAUSS, 1966) amplamente referenciados nos relatos obtidos e relevantes para a contextualização da dinâmica investigada.

Identificados por meio da técnica de análise de conteúdo, por categoria (FLICK, 2009; MILES; HUBERMAN, 1994; GIOIA; THOMAS, 1996), com o auxílio do *software* de tratamento qualitativo de dados *N-vivo 8.0*, os pares de opostos identificados ilustram diversas dessas tensões, contradições e diásporas, por meio de categorias contrapostas:

tradicional *versus* moderno, locais *versus* forasteiros, centro *versus* periferia, comunitarismo *versus* individualismo.

Cabe salientar que a opção pela análise dos dados coletados, a partir da estratégia de pares antitéticos, configurou-se fecundo dispositivo metodológico, permitindo achados que possibilitaram corroborar, também para a realidade de cidades de porte médio, hipóteses anteriormente analisadas em estudos junto a grandes metrópoles (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2011; FERREIRA, 2007).

Antes de discorrermos sobre os pares de opostos identificados cabe, porém, melhor caracterizar a noção de reconversão de funções econômicas de cidades, conforme adotada para fins deste estudo.

A NOÇÃO DE RECONVERSÃO DE FUNÇÕES ECONÔMICAS DE CIDADES

O acirramento da competição pela captação de recursos para “viabilização de negócios” tem impulsionado diversas cidades à adoção de estratégias e dispositivos - como o “planejamento estratégico”, o “*city marketing*”, as “operações urbanas” - que lhes permitam constituir como centros - internacionais, regionais, microrregionais ou locais - de “atração de capitais”. Como consequência, pode-se identificar um conjunto de estudos direcionados à investigação de dinâmicas orientadas à chamada reconversão (*reconversion*) de suas funções econômicas.

Internacionalmente, faz-se recorrente menção a experiências como a vivenciada pela cidade de Birmingham (Inglaterra), compreendendo a formação de *clusters* econômicos locais (BENTLEY, 2005); junto a outra Birmingham, essa, no entanto, situada no Estado do Alabama (Estados Unidos), analisada a partir de processos decisórios associados a políticas de desenvolvimento econômico e social (TERRELL, 2007) e a Limburg, na Bélgica, tendo por base relações políticas e jogos de poder empresarial (BAETEN; SWYNGEDOUW; ALBRECHTS, 1998).

Já Klein *et al.* (2004) destacam a interação entre universidades e empresas no processo de reconversão de funções econômicas levado a cabo na cidade de Montreal (Canadá). O termo *reconversão* utilizado por esses autores como reorientação do sistema econômico local, antes baseado em atividades de manufatura e indústria básica para o setor de serviços de alto valor agregado e atividades baseadas no conhecimento.

Nesse conjunto de experiências, certamente a mais difundida é o caso de Barcelona (Espanha). Inspirado na “cidade-emprego de formato americano” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2011, p. 51) e reproduzido quase como uma *receita* de urbanismo em inúmeras cidades pelo mundo, ele representa, para diversos estudiosos, *divisor de águas* entre o planejamento urbano e regional tradicional - concebido pela racionalidade territorial, sob o controle do Estado - e o planejamento estratégico - concepção que toma a cidade aos fragmentos, comandada por uma lógica empresarial de tipo neoliberal (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2011).

Outras cidades, como Lyon (França), Bristol (Inglaterra) e Bolonha (Itália), também são exemplos de promoções de mudanças na infraestrutura e imagem das cidades com vistas a se adequarem às exigências da economia global e da competitividade internacional (BAETEN; SWYNGEDOUW; ALBRECHTS, 1998).

Embora em número ainda reduzido, há estudos que relatam, notadamente a partir da década de 1990, tentativas de processos similares no Brasil, em especial por meio de alterações no perfil econômico local, influenciadas pela indústria do turismo. Dentre elas, estudo de Tofani (1999) investiga a atuação da indústria turística na região de Porto Seguro (BA). Mais recentemente, Sant'Anna *et al.* (2011) e Oliveira, Sant'Anna e Diniz (2012), igualmente investigam dinâmicas associadas a implicações da indústria do turismo, junto às cidades históricas de Tiradentes (MG) e Paraty (RJ).

Diante da complexidade de tais processos e seus múltiplos efeitos, autores como Harvey (1989), Robinson (1994), Judd e Parkinson (1990) voltam-se ao estudo dos condicionantes desses processos, bem como suas consequências sobre o território. Como resultado, apontam para a existência de *vencedores* e *perdedores*, sendo os principais beneficiários, comumente, proprietários de terra, empreendedores imobiliários e turistas, ao passo que as demandas legítimas por emprego, moradia, saúde e educação das populações locais de baixa renda são relegadas a segundo plano, quando não completamente ignoradas.

Para Fischer (1996), a cidade deveria ser entendida não apenas como território que concentra um grupo humano e atividades econômicas, mas como espaço simbiótico (poder político-sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente e confere identidade coletiva a seus habitantes, tendo um valor de troca com o exterior), transformando-se em um campo de respostas possíveis aos desafios materiais, políticos e culturais de sua época.

Não obstante, a atual fase da gestão das cidades parece cada vez mais marcada pelo que Hall (1995) denomina de empreendedorismo urbano, um intenso movimento de competição entre cidades e países, evidenciando estar longe de ser um instrumento meramente técnico, consistindo, ao contrário, em sofisticada estratégia político-argumentativa, destinada a viabilizar certos projetos de modernização capitalista (COMPANS, 2005). Tais considerações sugerem que a cidade se torna *empresa*, seus equipamentos e serviços, *mercadorias* e a competitividade das empresas, competitividade da cidade (COMPANS, 2005). Desse modo, a cidade passa a ser vista como recurso discursivo *par excellence*, pelo qual se atribuem novos papéis e objetivos à administração urbana e seus diferentes atores (SOUZA, 2003), conforme evidenciam achados deste estudo, cujos aspectos metodológicos são descritos, a seguir.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista os pressupostos deste estudo, a pesquisa que subsidiou seus resultados pode ser caracterizada como um estudo de caso, de natureza qualitativa (EISENHARDT, 1989), envolvendo como sujeitos de pesquisa: empreendedores locais, representantes de entidades da sociedade civil, lideranças governamentais, profissionais liberais, formadores de opinião

e membros da comunidade, resultando na realização de 26 entrevistas semiestruturadas e em profundidade.

Quanto à coleta de dados, a mesma se baseou no uso de instrumentos múltiplos. Seguindo a tipificação de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), na primeira etapa, foram realizados 3 grupos de foco (*focus groups*), envolvendo agentes públicos e formadores de opinião locais, com vistas a: 1. compreender características da história e dinâmica atual da cidade; 2. averiguar sua aderência como caso de reconversão de funções econômicas nos moldes do propósito deste estudo; 3. construir, conjuntamente com os participantes dos grupos de foco, o desenho da pesquisa, incluindo a identificação de potenciais entrevistados e elaboração de roteiro para as entrevistas.

O primeiro grupo de foco envolveu seis participantes; o segundo, dez e, o terceiro, doze. Paralelamente, foi conduzida coleta e análise de dados bibliográficos e documentos históricos sobre a cidade, considerando diferentes momentos de sua trajetória sócio-econômico-cultural e política, assim como procedidas seis visitas à cidade, tanto para a realização das entrevistas quanto das observações diretas - do tipo não participante (ANDER-EGG, 1978) - com vistas à obtenção de subsídios ao processo de descrição do caso pesquisado, assim como verificar, *in loco*, situações relatadas nas entrevistas.

Não obstante a pluralidade de técnicas de coleta de dados, cabe ressaltar como principal a entrevista semiestruturada e em profundidade (SELLTIZ; JAHODA; DEUSTSCH; COOK, 1974). No conjunto, foram obtidas aproximadamente 40 horas de gravações em áudio, as quais, posteriormente transcritas, resultaram cerca de 150 laudas de depoimentos.

Para a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo, por categoria (FLICK, 2009). Cabe mencionar que, além de análise manual dos dados obtidos de cada entrevista, utilizando-se da planilha de dados Excel, empreendeu-se análise por meio do *software* de tratamento qualitativo de dados *N-vivo 9.0*, seguindo o processo de codificação e categorização, conforme indicado por Flick (2009). Como resultado, foi possível a identificação de categorias que puderam ser agrupadas na forma de pares antitéticos. São eles: “Centro *versus* Periferia”, “Comunitarismo *versus* Individualismo”, “Locais *versus* Forasteiros” e “Tradicional *versus* Moderno”.

Cabe salientar que a opção por trabalhar com pares de opostos tem suas origens em considerações de autores como Butler (2014), Louro (2004) e Preciado (2014), para quem os discursos das ciências naturais e humanas encontram-se carregados de retóricas dualistas cartesianas - corpo-alma, natureza-tecnologia, homem-mulher, brancos-negros, pobres-ricos - os quais reproduzem e reforçam estigmatizações políticas em relação a determinados grupamentos - as mulheres, os pobres, os não brancos, os homossexuais, as *queers*, os da periferia, os incapacitados, os loucos - e permitem que eles sejam sistematicamente impedidos de acessar as tecnologias discursivas e corporais que os produzem e os objetivam (PRECIADO, 2014). Conforme destaca Butler (2014, p. 22), as “estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação”.

Logo a relevância de um trabalho de desconstrução que desvele toda a série de binômios opositoristas que serviram como fundamento da filosofia, o que se inicia com Platão, avança com Descartes, Husserl, Sartre, chegando a Lévi-Strauss. É como se toda a gramática estivesse contaminada, colocando em questão superá-la. Periféricos, marginais, atrasados, nativos... Todos esses significantes apontam para os limites de um discurso sobre o qual instituições públicas, privadas, jurídicas e educativas se assentaram durante os últimos dois séculos, forjando estruturas de poder, bem como possíveis instâncias de resistência a esse mesmo poder.

Convém destacar, ainda, que as categorias opostas identificadas por meio do auxílio do *N-vivo 9.0* corroboram achados obtidos de forma manual, muito embora contribuindo para o refinamento dos pares antitéticos identificados, assim como aportando novos elementos à contextualização e análise dos dados coletados, conforme apresentados nos tópicos, a seguir.

SETE LAGOAS (MG): DO EXTRATIVISMO GUSEIRO À DIVERSIFICAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

A cidade de Sete Lagoas (MG) está localizada às margens da rodovia BR-040, a cerca de 70 km de Belo Horizonte (MG). Além disso, encontra-se a 35 km do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado em Confins (MG), conferindo-lhe posição geográfica e logística privilegiada. Ademais, incrustada na zona metalúrgica de Minas Gerais, a **área de influência de Sete Lagoas estende-se** a 38 municípios da Mesorregião Metalúrgica, compreendendo mais de 500 mil habitantes (NOGUEIRA, 2003).

Segundo Andrade (2006), pode-se identificar na trajetória da cidade, oito ciclos - ou surtos - econômicos: *Ciclo da Estrada de Ferro Central do Brasil* (1896-1950); *Ciclo do Cristal* (1940-1947); *Ciclo das Cerâmicas* (1940-1960); *Ciclo da Pecuária Leiteira* (meados da década de 1950); *Ciclo do Calcário, Marmorizados e Ardósia* (meados da década de 1980); *Ciclo da Calcinação* (meados da década de 1980); *Ciclo do Ferro Gusa* (1960-1980); *Ciclo das Indústrias de Autopeças-montadora* (a partir dos anos 1980).

Para o autor, o atual “ciclo” econômico vivenciado pela cidade - das *Indústrias de Autopeças-montadora* - tem início na década de 1980, com a chegada de empresas como a Bombril e a Elma Chips e de empreendimentos do setor de autopeças, no contexto de “mineirização” dos fornecedores da FIAT Automóveis. Tal “ciclo”, no entanto, ganhará impulso a partir do ano 2000 quando da implantação na cidade da montadora de caminhões do Grupo FIAT - a IVECO, assim como de grande número de grandes empresas de outros setores, como a AMBEV, a Carterpillar e seus fornecedores. Tal movimento contribuirá para impulsionar a ampliação e diversificação do comércio e do setor de serviços, além de impulsionar demandas quanto à maior “profissionalização” da mão de obra e dos empreendimentos locais.

Em nível social, por sua vez, registra-se um enfraquecimento do “senso comunitário” “prevalente nos primórdios da formação e desenvolvimento da cidade”. As “interações entre os campos social, político, econômico, empresarial parecem, igualmente desvanecer”, sendo forjada, em seu lugar, uma lógica mais “individualista”, centrada “em interesses meramente

econômicos e particularistas”, conforme evidenciado nos relatos e análises tecidas, a seguir.

A DINÂMICA DE RECONVERSÃO DE FUNÇÕES ECONÔMICAS DE CIDADES: UMA ANÁLISE POR MEIO DE PARES ANTITÉTICOS

O processo de reconversão de funções econômicas vivenciado por Sete Lagoas (MG) é marcado por antíteses, contradições, paradoxos e diásporas, evidenciados em narrativas que expressam tensões e fortes componentes ideológicos, conforme se pode constatar na análise dos temas antitéticos identificados: Centro *versus* Periferia; Comunitarismo *versus* Individualismo; Locais *versus* Forasteiros; Tradicional *versus* Moderno.

Centro versus Periferia

Análise do conjunto dos dados obtidos evidencia contradições entre o “centro” e a “periferia”, as quais nos permitem denotar diferenças e transformações nas características e dinâmica da cidade. Em linhas gerais, o atual processo de reconversão de suas funções econômicas acabou por resultar em intenso aumento populacional, alterando de forma marcante sua dinâmica demográfica e também econômica, espacial, social e cultural. Como consequência, se em “ciclos” anteriores registra-se concentração das atividades comerciais e de serviços no chamado “centro tradicional da cidade”, atualmente, o que se observa é maior dispersão dessas atividades para outras regiões de seu espaço geográfico, constituindo-se arremedos de centralidades.

Em outros termos, a região central “antes altamente valorizada não somente para empreendimentos comerciais e de serviços, mas também para moradia”, “atualmente abriga, como residentes, apenas ínfima parcela da população”: a maioria dos antigos moradores ou se deslocou para novos bairros e condomínios recentemente implantados na cidade - “em função do aquecimento da atividade imobiliária que incentivou a venda dos imóveis residenciais da região, transformando-a em *locus* privilegiado de atividades comerciais e de serviços” - ou faleceu, vindo seus imóveis a serem vendidos por seus herdeiros - “menos apegados à tradição” ou interessados em “fugir do movimento de suas ruas antes mais residenciais” ou, mesmo, “seduzidos por propostas financeiras ‘irrecusáveis’” - para serem transformados em valorizados condomínios verticais ou espaços destinados ao uso comercial.

Cabe salientar, também, como decorrência da referida valorização imobiliária, a qual implicou em significativa elevação dos preços dos aluguéis, deslocamento de pequenos estabelecimentos, incluindo bares e tradicionais restaurantes, para regiões circunvizinhas ou bairros mais distantes, transformando a região central em local estritamente orientado a atividades diurnas, vinculadas ao comércio e à prestação de serviços públicos e privados. Em decorrência, registra-se um “esvaziamento da região central como tradicional local de convivência, integração e socialização comunitária”, com consequente perda de sua “diversidade”, com impactos sobre a instância da segurança pública (JACOBS, 2011).

Conforme evidenciam diversos relatos, o “centro se transformou”. Primeiro, os grupamentos economicamente mais favorecidos deixam de ocupá-lo por não mais o perceber como espaço de *status* e ostentação social de outrora, preferindo “reuniões e eventos sociais, em pequenos grupos, nos condomínios de luxo ou bairros elegantes da ‘periferia’, sítios e propriedades rurais no entorno da cidade”. Outros “programas” são os restaurantes, *shopping centers*, casas de espetáculos e de entretenimento da capital, Belo Horizonte, localizada a cerca de 70 km, em trecho duplicado da BR-040.

O relativo esvaziamento de moradores e o reduzido movimento tornam grande número de ruas do “centro” praticamente desertas durante a noite, convertendo-as em alvo privilegiado para o uso e tráfico de drogas. Praças desertas e pouco iluminadas alimentam este triste cenário. A questão das drogas, notadamente junto à população local mais jovem, evidencia-se como um dos problemas sociais mais amplamente evidenciados como decorrência do “crescimento econômico”:

Já estou percebendo várias áreas do centro que não são mais habitáveis. Na Pracinha do Canaã, hoje, não mora mais ninguém. Se foram as características que se tinha há 20 anos. Na minha adolescência, eu ainda frequentava a pracinha e você conhecia todo o mundo que morava lá. A coisa foi mudando, mudando e acabou (Relato, Professora Universitária Local).

Concomitantemente, observa-se processo de desconcentração do comércio para fora da região central e a emergência de “novas centralidades, novos centros comerciais em outras áreas da cidade”. Fatores como restrições à ampliação do número de imóveis e de pontos comerciais no “centro” decorrentes da própria limitação espacial; elevação dos preços dos terrenos e imóveis da região, dada a sua ocupação por grandes instituições financeiras e redes comerciais, estimulando a população local a vender seus imóveis residenciais; problemas associados à mobilidade urbana, com a intensificação do trânsito e dificuldades de estacionamento, são apontados como motivadores da evasão do “centro”. Tal movimento tem “resultado na necessidade de investimentos em novas regiões”, com a ampliação da infraestrutura viária e de serviços públicos, permitindo maior “autonomia” em relação à tradicional região central.

Comunitarismo versus Individualismo

O conjunto dos relatos obtidos aponta, também, para reduzida “adesão da população à defesa de questões que envolvam a coletividade”. Como sintoma desse fenômeno, constata-se a “dificuldade de se identificar associações comunitárias com atuação abrangente e efetiva, como em outros momentos da história da cidade”: “As associações não representam a maioria, a maioria, de fato, não participa. Quem participa, quem acredita, quem apoia é uma minoria. Essa é a questão: as pessoas ainda não entenderam a importância do civismo, de se unirem em prol de um bem maior” (Relato, Empreendedor Local).

Ademais, não obstante sua importância econômica, o setor empresarial local “tem-se comportado cada vez mais de forma individualizada”, “buscando benefícios exclusivamente

para seus próprios negócios”. As iniciativas de “empresários com vínculo e preocupação com Sete Lagoas não alcançam a amplitude e efetividade necessárias”; isto, “pelas dificuldades em atrair, obter apoio e adesão de outros empreendedores e da comunidade”. No geral, registram-se “nada muito além de ações comunitárias isoladas e/ou dispersas”. Diversos outros relatos corroboram o declínio das associações e lideranças coletivas tradicionais no passado da cidade:

As associações comunitárias e mesmo de classes são inexpressivas. O CDL, por exemplo, deixou de ser um lugar importante. A representação, as lideranças tradicionais, morreram. Os sindicatos não valem nada. Associações cooperativistas, no geral, não valem nada. Nem mesmo a cooperativa dos produtores rurais tem o papel que teve no passado. Classe rural, a cidade não tem mais. As lideranças de Sete Lagoas hoje são lideranças de seu próprio negócio (Relato, Professor Universitário Local).

Em conformidade com os depoimentos obtidos, a superação da ausência de “associações fortes e com atuação efetiva” dependeria da presença de “lideranças capazes de unir pessoas, interesses e recursos para o alcance dos objetivos coletivos”, as quais, todavia, “não se identifica com facilidade”: “Sete Lagoas carece de lideranças. Carece de aglutinação das pessoas para, por exemplo, ordenar seu crescimento, organizá-lo de forma mais coletiva e inclusiva” (Relato, Empreendedor Local).

Dentre outros fatores que tenderiam a contribuir para o baixo grau de “coletivismo” na cidade, relatos alertam para o fato de as associações locais - notadamente nos campos cultural e comunitário - serem afetadas por “ampla dependência e vinculação a órgãos públicos”, não raro “condicionando suas ações aos recursos concedidos pelo Estado”:

As associações em Sete Lagoas se perdem, elas se perdem, porque acabam ficando presas ao poder público. Eu vou citar um exemplo do meio em que atuo - o cultural - e dentro dele, as associações de Congado. Nelas, se fica preso às subvenções que a Secretaria de Cultura promove todo ano. Elas não têm, portanto, um meio de sobrevivência próprio. Associação de bairros, eu não conheço nenhuma que seja atuante (Relato, Historiadora Local).

Outra razão é que as pessoas tendem a se associar - ou não - mais em função da “pessoa”, da “liderança pessoal à frente da iniciativa” que a um “propósito” ou “ideal” coletivo: “Alguns participam - ou não - de associações, porque o líder é o fulano de tal. Considero, no entanto, que a participação deveria estar antes vinculada a um ideal, à importância da participação pelo alinhamento com valores do grupo ou da instituição” (Relato, Empreendedor Local).

Concomitantemente, relatos apontam baixo - ou nenhum - grau de articulação das grandes indústrias entrantes e as associações e entidades comunitárias locais. No geral, as grandes empresas recém instaladas tendem a “não se envolver”, nem tampouco “dar importância aos problemas locais”, à exceção de questões que “interferem - direta ou indiretamente - em seus interesses e *modus operandi*”:

De 2000 para cá, com todas essas empresas de capital externo, de proprietários invisíveis, tem-se mudado tudo. [...] Passa-se a conviver com personagens ausentes, mas de capital muito forte, mas que mantêm pouquíssima conexão com a cidade. Elas não estabelecem relação orgânica com a cidade. Não se tratam de empresas de terceira categoria, mas não têm nenhum vínculo. Elas, no geral, têm todo um aparato, mas nada é decidido aqui. Faltam vínculos mais orgânicos com a cidade [...] Essas empresas tomam decisões que são todas externas. Não é nada negociado com a cidade. Se a empresa vai produzir tal ou qual produto aqui, isso é uma questão externa, não envolve o poder local (Relato, Professor Universitário Local).

Vale ressaltar, ainda, segundo os respondentes, que poucos sindicatos de trabalhadores da cidade alcançaram, ao longo de sua história, “resultados efetivos’ no que tange à defesa dos interesses da classe trabalhadora”. Em geral, mobilizam muito pouco poder de influência. Como consequência da subserviência, grande parte dos trabalhadores locais, sobretudo aqueles de mais baixo grau de qualificação formal, convivem com salários bem inferiores aos praticados em outras cidades com mesma força industrial de Sete Lagoas (MG).

Locais versus Forasteiros

Em Sete Lagoas (MG), tal oposição – locais *versus* forasteiros – configurou-se de forma distinta, dependendo da classe social e/ou segmento econômico investigado. À guisa de exemplo, enquanto um conjunto de empreendedores “locais” manifesta dificuldades em lidar com transformações recentes vivenciadas pela cidade, sobretudo a expansão do número de “empreendimentos comerciais ligados a grandes redes e franquias regionais e nacionais”, outros revelam buscar se beneficiar das mudanças, aprimorando seus negócios e atividades.

É relevante salientar que, dada sua localização geográfica - a meio caminho entre o Rio de Janeiro e Brasília -, Sete Lagoas (MG) configura-se historicamente como tradicional “local de passagem”, convivendo com intensa circulação de pessoas de “fora”. Corroborando achados de Nogueira (2003), depoimentos, no entanto, **dão conta** de que foi ao longo do *Ciclo da Ferrovia* que, pela primeira vez, grande número de “forasteiros” instalou-se na cidade com o propósito de “constituir moradia, de forma definitiva”, estabelecendo empreendimentos comerciais e industriais, inserindo-se, ativamente, na vida econômica, política, social e cultural local: “No final da década de 1950, início dos anos 1960, Sete Lagoas experimentou uma coisa nova: A vinda de imigrantes estrangeiros. [...] Italianos e portugueses que não vieram só de passagem: eles vieram para trabalhar, estabelecendo moradia definitiva” (Relato, Professor Universitário Local).

No “ciclo” atual, as empresas entrantes têm atraído profissionais de outras cidades, notadamente para ocuparem posições gerenciais e técnico-administrativas de maior nível de qualificação, com remuneração mais elevada; cabendo aos “locais” posições de nível mais operacional, com menor demanda em termos de qualificação, assim como mais baixos salários:

Demorou um pouco para a cidade sentir a presença das grandes empresas [...] Criou-se uma expectativa muito grande. Parecia que elas chegariam em Sete Lagoas e todos os problemas de emprego da cidade seriam resolvidos e não foi isso. Inclusive, as primeiras posições, as melhores posições, não ficaram com pessoas daqui. As grandes ficaram por anos trazendo gente de fora e os melhores postos de trabalho não ficaram com os locais (Relato, Professor Universitário Local).

Muito embora diversos entrevistados associem a decisão de contratação de profissionais “externos” à “escassez, na região, de mão-de-obra qualificada e com formação adequada”, salientam que, ao invés de buscarem superar tal situação, as grandes empresas “parecem reforçar alguns dos problemas históricos da cidade”: “baixa remuneração, baixa valorização e baixa qualificação da classe trabalhadora”, não se constatando reversão do quadro de “polarização social” (SASSEN, 1999; FERREIRA, 2007) previamente existente, senão intensificando-o. Segundo eles, “somente, mais recentemente, a expansão do ensino superior tem, de alguma forma, estimulado, porém, ainda de forma tímida, maior formação, capacitação e valorização dos trabalhadores locais”. Faltam, todavia, “políticas públicas e uma real vontade política - por exemplo, no campo da educação pública, do estímulo à pequena empresa - para reverter esse quadro”, salientam.

Além da “importação” de mão de obra externa, relatos apontam “ser a receita aferida pelas empresas externas pouco reinvestida na cidade e muito menos em projetos de interesse coletivo”. Se muitas dessas empresas usufruíram de amplos benefícios públicos, as contrapartidas parecem encontrar-se aquém do esperado:

Novos negócios são muito bem-vindos desde que realmente movimentem a economia local. Um problema é, por exemplo, as grandes redes comerciais que se instalaram na cidade. Elas geram poucos empregos e a receita que aferem volta em grande parte para suas cidades de origem, não são aqui reinvestidos. Esse, para mim, é um grande problema (Relatos, Empreendedor Local).

Outro efeito decorrente da instalação das grandes indústrias é o domínio do comércio e do setor de serviços local por grupos empresariais externos. Se, por um lado, tal mudança é retratada como positiva para os consumidores locais, ao propiciar maior concorrência, impulsionando melhorias dos serviços prestados, por outro lado, tem-se mostrado “perversa”, instaurando uma “competitividade desleal” com os comerciantes tradicionais do lugar, geralmente descapitalizados e com visão gerencial “pouco moderna” e aderente aos “novos padrões, não se percebendo com bons olhos a entrada de empreendimentos externos e afetando a relação entre esses atores”.

Grande parte dos relatos obtidos caracteriza os empreendimentos “de fora” como “mais profissionais”, dotados de “práticas gerenciais mais sofisticadas”, difundindo percepções quanto a “níveis de qualidade de atendimento superior” à dos “locais”. Novamente, “não se verifica políticas públicas de apoio à cadeia produtiva e às pequenas empresas locais, que são deixadas à própria sorte”.

Um outro aspecto salientado diz respeito à fragmentação dos elementos históricos, culturais e tradicionais da cidade, com a ausência de políticas públicas direcionadas à assimilação dos

novos contingentes populacionais e de negócios: “Se fizermos a conta da quantidade de pessoas - e negócios - que se incorpora anualmente à população nativa de Sete Lagoas, é um número muito significativo. [...] Então você vai criando uma cidade sem pertencimento, a-histórica” (Relato, Professor Universitário Local). Por outro lado, “Quem vem de fora com certeza sofre. Por quê? Porque ainda existe um núcleo provinciano” (Relato, Empreendedor Local).

Tradicional versus Moderno

Já por meio da análise do par de opostos “tradicional *versus* moderno” evidencia-se o valor que a coletividade atribui a elementos históricos e tradicionais da cidade, em comparação à importância atribuída a aspectos associados à “modernização” e à “inovação”. Além disso, sinaliza conflitos decorrentes da coexistência de aspectos regionalistas (MARKUSEN, 1981) e à “ideologia modernizante” (FERREIRA, 2007).

Especialmente a partir de 1980, registra-se enfraquecimento sistemático de aspectos históricos, da identidade social e de valores típicos de sua cultura. Dessa lacuna, a dimensão econômica passa a prevalecer em boa parte dos processos decisórios pessoais-institucionais, resultando em “desvalorização de elementos da tradição” e em movimentos de valorização do “moderno”, assim como de valores de caráter mais “pragmático”, difundidos pelo “grande capital”.

Cabe ressaltar que, durante cerca de 20 anos, de 1960 a 1980, a atividade econômica de Sete Lagoas concentrou-se na produção de ferro gusa, o que, segundo relatos, acabou por “postergar” os processos de diversificação econômica e inovação. Isto por ser o setor fundamentado em padrões e processos extrativistas rígidos e padronizados, não incorporando noções vinculadas à flexibilidade, como inovação, agregação de valor, gestão do conhecimento; nem orientações quanto à formação de mão de obra com mais elevados níveis de qualificação. Ademais, durante essas duas décadas, praticamente não se registram investimentos em atividades econômicas de intenso efeito multiplicador, as quais pudessem impactar a cidade do ponto de vista da “modernização produtiva”:

Antes, a cidade era praticamente toda voltada para o gusa, para a exploração desse mineral. A renda *per capita* era baixa em consequência da mão de obra que realmente não era uma mão de obra necessariamente qualificada” (Relato, Empreendedor Local).

Foi, de certa forma, muito prejudicial termos vivido às custas do gusa por tanto tempo. Você vê que Divinópolis saiu antes, conseguiu dar um salto muito grande por meio de microempresas do vestuário, de confecções (Relato, Empreendedor Local).

Por outro lado, com a instalação de grandes empresas e a conseqüente expansão populacional, gerou-se maior pressão quanto à criação, ampliação e melhoria dos serviços locais, em especial considerando a necessidade de atendimento às demandas de um público “externo”

acostumado a opções de consumo e serviços disponíveis nos grandes centros de origem.

Segundo diversos relatos, a ampliação dos tipos de serviços ofertados em Sete Lagoas (MG) “representa passo importante para o movimento de ‘modernização’ da cidade”. Todavia, reforçam que tal diversificação traz implicações significativas sobre a necessidade de requalificação da mão de obra, com a incorporação de novos tipos de conhecimentos, processos e modelos gerenciais. Resultado é a demanda por novas configurações e “perfis de empreendimentos e empreendedores”: “Você vê, hoje, que o consumo está se elevando. Há procura por bens que antes era inexistente. A renda *per capita* está melhorando. Pelo menos, na minha área [alimentação], estou muito satisfeito de as grandes empresas terem vindo para cá. Porque aí vem uma mão de obra bem mais qualificada” (Relato, Empreendedor 6).

Nesse contexto, a chegada de novos empreendimentos e a ampliação da concorrência “impulsionam” os empreendedores locais a rever seus “modelos de gestão”. Se, até então, não havia maiores preocupações com aspectos como a “profissionalização da gestão e do atendimento ao público”, a “qualificação dos trabalhadores” e com a “adoção de práticas gerenciais mais modernas”, a instalação de filiais e franquias de grandes redes comerciais provocam mudanças na “mentalidade” dos comerciantes locais no que se refere ao “modo de gerir” seus negócios. Como decorrência, grande maioria indica buscar desenvolver mecanismos para fomentar a melhoria e inovação de seus empreendimentos segundo a cartilha do *Management*, de origem norte-americana.

Ressalta-se, entretanto, que se, por um lado, empresas de determinados setores (alimentício, construção civil, imobiliário, educação, saúde) beneficiaram-se de tal processo, conseguindo estabelecer novos patamares na gestão de seus negócios, por outro lado, registram-se organizações que “não conseguiram se posicionar” e “têm sofrido com a nova dinâmica. O setor de calçados, as drogarias locais, as pequenas lojas de eletroeletrônicos e de móveis do ‘centro’ são alguns dos mais afetados”.

Não obstante a “modernização” de determinados empreendimentos, com a diversificação dos negócios, revisão dos modelos de gestão e maior ênfase na qualificação da mão de obra, tal processo não se deu de forma planejada, mas pressionada pela necessidade de atender às demandas emergentes e do novo perfil de empreendimentos e consumidores incorporados à cidade. Nesse processo, relatos destacam a ausência de lideranças capazes de mobilizar recursos e empreendedores locais “aptos a preparar a cidade para receber tais transformações e com ela se beneficiarem”.

Como resultado, a influência e representatividade das famílias tradicionais da cidade, aparentemente, tende a se enfraquecer, não obstante, “reações” se façam notar, como “alianças entre empresários locais fortes e a grande indústria” e a “aplicação de capitais acumulados em ‘ciclos’ anteriores em novos negócios, mais alinhados com o novo perfil da economia”. Inegável, no entanto, é o fato de o “nome de família, por si só, perder o valor de importante capital social, e, por conseguinte, papel muito mais amplo na dinâmica econômica e social da cidade”: “É [...] as coisas já são mais independentes. Antes, ser amigo do prefeito, ter um sobrenome forte significava muito, hoje perdeu um pouco o sentido. Eu acho que Sete Lagoas está caminhando nesse sentido, o que é muito salutar” (Relato, Empreendedor

Local).

Em outros termos - recorrendo à sociologia de Bourdieu (2008) - constata-se que o capital “tradição” perde espaço para o capital “*business*”, o qual passa a influenciar, de forma decisiva, os padrões e dispositivos (FOUCAULT, 1995) empregados na disputa pelo domínio das interações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os achados da investigação da dinâmica de reconversão de funções econômicas vivenciada pela cidade de Sete Lagoas, a partir da perspectiva de agentes sociais envolvidos revelam que “a localização geográfica estratégica da cidade” teve influência marcante no processo pesquisado - assim como nos “ciclos de desenvolvimento” locais anteriores (NOGUEIRA, 2003; ANDRADE, 2006) - apresentando-se como “elemento-chefe que a leva a vivenciar seus principais processos de expansão econômica”.

Com a perda de participação da indústria extrativa do gusa, comparativamente ao “ciclo” atual, baseado na implantação tardia de grandes indústrias - Bombril, Elma Chips, AMBEV, IVECO, Carterpillar, dentre outras - Sete Lagoas vivência “novo momento econômico”, diversificando sua economia local, expandindo seus postos de trabalho e requerendo maiores demandas em termos de qualificação de sua mão de obra (NOGUEIRA, 2003; ANDRADE, 2006; BOLSON, 2011).

Não obstante, evidenciam-se impactos negativos: “Crescimento urbano desordenado”, “fragmentação de aspectos tradicionais da cidade e de sua identidade”, “aumento dos níveis de violência”, “problemas de mobilidade urbana”, “valorização dos imóveis”, “reestruturações produtivas, com demandas por contínua requalificação profissional”, “crescimento excludente”.

Tal “diversificação econômica e a natureza do desenvolvimento contemporâneo de Sete Lagoas” indica que a cidade tem experimentado fenômeno semelhante ao registrado pela literatura em discussões envolvendo noções como “cidade-empresa”, “cidade empreendedora”, “cidade-espetáculo” e “cidade-global” - nesse caso, como nó microrregional de ampla “rede global” (HALL, 1996; HARVEY, 1996; BORJA; CASTELLS, 1997; SASSEN, 1999; VAINER, 2011; LUCHIARI, 2005; FERREIRA, 2007).

No bojo da análise de reconversão (*reconversion*) que leva Sete Lagoas (MG) do “ciclo extrativista do ferro gusa” ao “ciclo das grandes empresas” ou de “cidade de pequeno porte”, para “cidade de porte médio”, constata-se uma série de desequilíbrios, tensões e distorções (SANTOS JÚNIOR, 2008) evidenciados a partir dos pares antitéticos identificados: centro *versus* periferia, locais *versus* forasteiros, coletivismo *versus* individualismo, tradicional *versus* moderno.

Conforme salientam Ferreira (2007) e Santos Júnior (2008), tais contradições são comuns em cidades que experimentam crescimento populacional e econômico de forma abrupta, em

particular, cidades submetidas a políticas que visam lhes dar a configuração de novos “pólos econômicos”, tendo-se, desse modo, a indução do desenvolvimento não raro marcada pela “fragmentação e dualidades”, pelo “antagonismo e desigualdades sociais”.

Igualmente, a atração de “forasteiros” não se dá acompanhada pelo desenvolvimento de infraestrutura urbana adequada, como se revela típico em processos de indução do desenvolvimento econômico em que a opção se centra em investimentos em “capacidade produtiva” - ao invés de em “capital social básico” (HIRSCHMAN, 1958).

De fato, até o momento da conclusão do estudo, a constatação é quanto à “não inclusão” da população setelagoana como beneficiária equânime do “novo *boom* econômico”, quer pela erosão de suas características como “cidade típica do interior”, quer pela manutenção de renda *per capita* baixa, ou ainda pela emergência de problemas sociais antes somente vislumbrados junto a grandes centros urbanos: mobilidade, violência, drogas, dentre outros.

Quanto aos empreendimentos locais, enquanto parte dos relatos aponta para a “resistência” dos “locais” em lidar com as transformações incorporadas pelos “novos empreendimentos externos”, outros indicam a busca por “formas de se adaptar” e se “beneficiar das mudanças por elas induzidas”. No caso de empreendedores localizados no “centro da cidade”, relatos indicam tentativas de “aprimorar e ‘modernizar’ seus negócios”, com vistas a se protegerem dos “modelos de negócios emergentes”. Parte dos empreendedores locais, no entanto, revelou sofrer impactos significativos, como é o caso de drogarias, pequenas lojas de eletroeletrônicos, lojas de calçados e móveis, com a chegada de grandes cadeias de lojas e franquias.

Análise da dinâmica atual apresenta também “regressão da comunidade em relação a preocupações com a instância do coletivo”. Como sintoma, a adesão dos locais a associações mostrou-se enfraquecida, “diferentemente de tempos atrás, em que a noção de comunidade era um ‘patrimônio social’ importante e presente”. Grande parte desse declínio e da desconfiança em relação às lideranças políticas e comunitárias associa-se a comportamentos cada vez mais “individualistas” e focados em “resultados econômicos e pessoais imediatos”, bem como na restrita inserção das “grandes indústrias em ações comunitárias e em causas locais”.

Ademais, reiteram-se mudanças - e contradições - nas relações entre o “centro comercial tradicional” e a “periferia”. Se relatos indicam, previamente ao atual processo de transformação econômica, uma “centralidade comercial na região próxima à Lagoa Paulino, historicamente marco turístico e comercial da cidade”, atualmente registra-se “dispersão das atividades comerciais, assim como de moradias, para outras regiões, consolidando novos ‘eixos de crescimento e desenvolvimento’”, com implicações sobre a dinâmica espacial - e consequentemente sobre a dinâmica social urbana (MONTE-MÓR, 2005).

Como resultado, o “centro comercial tradicional” deixa de ser a “região propícia para se morar”. Ademais, diversos novos bairros populares, assim como condomínios de alto luxo, são criados para abrigar tanto “o novo contingente que chega à cidade, atraído pelas possibilidades de emprego e negócios” quanto aqueles que deixam a região central em função da valorização imobiliária, da sobrecarga de trânsito e mudanças nas preferências

locacionais - incluindo, o “*status* associado ao morar em ‘condomínios fechados’, distantes do ‘centro’” - na linha dos novos discursos de cidade analisados por Soja (2000).

São também sintomas das transformações em curso, tensões e contradições entre as dimensões “tradição” e “modernidade”. Se, *a priori*, aspectos como a força dos “clãs familiares” e o “nome de família” associavam-se à distinção econômica e social, atualmente, tais atributos perdem espaço para outros como “competência”, “diploma” e “sobrenome corporativo”. Observa-se, nessa direção, nítida “diluição de aspectos históricos e tradicionais da cidade, com predomínio do fator econômico pautando as relações sociais”, bem como enfraquecimento de sua “noção de comunidade tradicional”.

Em suma, evidenciam-se traços de “maior individualismo”, “enfraquecimento da dimensão política, em seu sentido estrito”, “esgarçamento dos laços sociais” e “distanciamento” da cidade em relação a questões que envolvem aspectos basilares de sua tradicional vida comunitária. Em decorrência, os achados corroboram tendências de dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades em que a adoção de técnicas do chamado *planejamento estratégico* a coloca em sintonia com a ideologia subjacente a significantes como “cidade-mercadoria”, “cidade-empresa”, “cidade-global”, meros “atributos de atração de novos negócios e/ou sua expansão” (FERREIRA, 2007).

Concomitantemente, corrobora-se a urgência, nesse contexto, de novas abordagens teórico-metodológicas que permitam a superação de discursos - e práticas - que preconizam e reforçam “inexorabilidades” e a construção de modelos de “cidade de pensamento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2011). Que, ao contrário, possam ser valorizados elementos como a transdisciplinariedade, a diversidade, as regionalidades, os *outliers*, a subjetividade, as cotidianidades, as resistências, as perspectivas de “baixo para cima” (*bottom-up*), a microfísica, e tantos outros que marcam o contemporâneo. Elementos esses, certamente mais afins ao sugerido por Weaver (1958) como da “complexidade organizada” (CERTEAU, 2012; JACOBS, 2011; SIMMEL, 2006; BOURDIEU, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2000; FOUCAULT, 1995; MARKUSEN, 1981).

NOTA

1 Submetido à RIGS em: out. 2014. Aceito para publicação em: maio 2015.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social para trabajadores sociales**. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANDRADE, D. A. A. **Espaço e memória em Sete Lagoas**. Dissertação (Mestrado)

- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

BAETEN, G.; SWYNGEDOUW, E.; ALBRECHTS, L. Politics, Institutions and Regional Restructuring Processes: From Managed Growth to Planned Fragmentation in the Reconversion of Belgium's Last Coal Mining Region. **Regional Studies**, v. 33, n. 3, p. 247-258, 1998.

BENTLEY, G. Fitting the Piece in the Jigsaw Puzzle? The governance of local economic development policy and regeneration in Birmingham. **Local Economy**, v. 20, n. 2, p. 238-243, 2005.

BOLSON, E. **Desenvolvimento Econômico da cidade de Sete Lagoas: do “carro de bois” ao “Iveco Stralis”**. Sete Lagoas: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Sete Lagoas, 2001.

BORJA, J. Las ciudades en la globalización: planificación estratégica y proyecto de la cidade. In: **Ciclo de conferencias: La planificación estratégica, un instrumento integral y integrador de desarrollo**. Bahia Blanca: Dirección de Planificación Estratégica, 1999.

_____; CASTELLS, M. **Local y Global, La gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Santillana de Ediciones, S.A., 1997.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EISENHARDT, K. M. B. Theories from case study research. **Stanford University. Academy of Management Review**. Stanford, n. 4, v. 14, 1989.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, J. S. W. Globalização, ideologia e planejamento urbano. In: FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GIOIA, D. A.; THOMAS, J. B. Identity, Image and issue interpretation: Sense-making during strategic change in academia. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, p. 370-403, 1996.

HALL, P. G. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University, 1985.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Cities and the wealth of nations: principles of economic life**. New York: Vintage Books, 1985.

_____. **La economía de las ciudades**. Barcelona: Ed. Península, 1975.

JUDD, D.; PARKINSON, M. **Leadership and Urban Regeneration: Cities in North America and Europe**. Newbury Park: Sage, 1990.

KLEIN, J. L.; MANZAGOL, C.; TREMBLAY, D.-G.; ROUSSEAU, S. Les interrelations université-industrie à Montréal dans la reconversion à l'économie du savoir. In: GUILLAUME, R. **Les systèmes productifs au Québec et dans le Sud-Ouest québécois**. Paris: Ed. L'Hannattan, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **The savage mind**. The University of Chicago Press: Chicago, 1966.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1985.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCHIARI, M. T. D. P. Centros históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MARKUSEN, A. Regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, v. 1, n. 2, p. 61-99, 1981.

MARTIN, R. The new "Geographical Turn" in Economics: some critical reflections. **Cambridge Journal of Economics**, n. 23, p. 65-91, 1999.

MILES, M.; HUBERMAN, A. **Qualitative data analysis. An expanded sourcebook**.

Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ C. C.; LEMOS M. B. **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, M. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais**. Tese (Doutorado) - UFRJ, IGEO, 2003.

OLIVEIRA, F. B.; SANT'ANNA, A. S.; DINIZ, D. M. Types of entrepreneurs in the reconversion process of economic functions in towns: Paraty case study (Rio de Janeiro State). In: TMS MANAGEMENT STUDIES INTERNATIONAL CONFERENCE. **Anais...** Olhão, Portugal: TMS, 2012.

Porter, M. **The competitive advantages of nations**. Nova York: The Free Press, 1990.

_____. What is strategy? **Harvard Business Review**, n. 6, 1996.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades: para um mercado mundial**. Chapecó: Editora Argos, 2003.

SANT'ANNA, A. S.; NELSON, R. E.; OLIVEIRA, F. B. Empreendedorismo e o desenvolvimento do turismo na cidade de Tiradentes. **Revista Observatório de Inovação do Turismo**, v. 6, n. 1, p. 1-27, 2011.

SANTOS JÚNIOR, O. A. S. Reforma urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. **Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008.

SASSEN, S. As cidades na economia global. **Cadernos de Urbanismo**, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUSTSCH, M.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1974.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOJA, E. W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Backwell, 2000.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TERRELL, T. M. C. **Community participation in Birmingham, Alabama: How leadership, social networks, framing and participatory democracy shape inner-city civic participation**. Nashville: Vanderbilt University, 2007.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**.

Petrópolis: Vozes, 2011.

WEAVER, W. **Annual Report of the Rockefeller Center Foundation**. New York: Rockefeller Center Foundation, 1958, 1985.

**Anderson
de Souza
Sant'Anna**

Pós-Doutor em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Doutor em Administração (UFMG) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFMG). Professor, Vice-Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Administração e Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas e Liderança da Fundação Dom Cabral (FDC).